

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Michelle Brandão Sebastião

**Um olhar para as relações raciais na educação infantil:
A questão da Identidade Negra**

Campinas
2016

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Michelle Brandão Sebastião

Um olhar para as relações raciais na Educação Infantil
A questão da Identidade Negra

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Educação da UNICAMP, para
obtenção do título de licenciado em
Pedagogia, sob a orientação da Prof^a.
Dr^a. Gabriela de Campos Guarnieri
Tebet

Campinas
2016

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Sebastião, Michelle Brandão, 1993-
Se210 Um olhar para as relações raciais na educação infantil : a questão da
identidade negra / Michelle Brandão Sebastião. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Gabriela Guarnieri de Campos Tebet.

Coorientador: Ângela Fátima Soligo.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Raça. 2. Infância. 3. Subjetividade. 4. Memória. 5. Identidade. I. Tebet,
Gabriela Guarnieri de Campos, 1981-. II. Soligo, Ângela Fátima, 1956-. III.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. IV. Título.

Informações adicionais, complementares

Área de concentração: Educação

Titulação: Licenciatura em Pedagogia

Data de entrega do trabalho definitivo: 06-01-2017

Aos meu pais, que me ajudaram a
construir uma mulher cheia de
negritude, orgulhosa de sua raça e
desafiadora da realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me ajudado ao longo de todo este percurso, me dando sabedoria para superar cada obstáculo e alegrias que não medem palavras.

A minha família por todo incentivo. Agradeço aos meus pais pelo infinito amor, educação, carinho e apoio frente as minhas decisões e fases difíceis. Em especial a minha mãe e minha avó, duas mulheres guerreiras que são minhas maiores inspirações.

A Mateus Henrique Silva, pelo companheirismo, apoio e compreensão ao longo deste trabalho.

A esta faculdade, pela sua equipe docente e administrativa, por me permitir uma formação da qual sempre sonhei repleta de encontros críticos e construtivos.

Sou grata a minha orientadora Profa. Dra. Gabriela Tebet, pela dedicação ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, pelos conselhos e orientações que foram cruciais para o desenvolvimento do trabalho e igualmente à minha segunda leitora Profa. Dra. Ângelo Soligo, pela sua ajuda que foi fundamental para a finalização desta pesquisa, agradeço imensamente pela sua disposição e orientação.

Aos meus colegas que conheci ao longo destes anos de graduação, pelas várias noites lado a lado construindo o conhecimento e pelos momentos de bate papo.

Agradeço também a todos professores e professoras que participaram da minha formação desde a educação infantil até a graduação, que me serviram como exemplo e inspiração para seguir em frente em busca de uma educação cada vez melhor para nossas crianças.

E claro, às crianças.... As quais já cruzamos nossos caminhos e as que ainda vou encontrar, quem são o motivo primordial da minha formação e desta pesquisa.

“Ter que lidar com esse processo identitário não é coisa fácil. É preciso ter coragem para reconhecer que a tão desejada branquitude do brasileiro está, na realidade, repleta de negritude. ”

Nilma Lino Gomes
(2002, p. 44).

RESUMO

Este trabalho discorre sobre as relações raciais presentes na educação infantil, tomando por base a identidade negra, abordando as socializações vivenciadas a partir do encontro de uma educadora negra com as crianças no espaço escolar. A discussão se fundamenta a partir da apresentação e compreensão do processo de constituição da identidade e posteriormente da identidade negra, através de um panorama histórico sociocultural dos sujeitos negros no Brasil. Identidade esta que se dá através de várias formas de subjetivação, conceito trazido por Foucault como o modo pelo qual os sujeitos se constituem e de algum modo, definem sua identidade. São trazidos relatos de memória, são registros de docência acerca das relações sociais vivenciadas na educação infantil que em sua maioria discorrem acerca do cabelo do sujeito negro, característica física que se fez presente como ponto de partida de diversas relações raciais analisadas. Através das análises conceituais realizadas e dos relatos das relações sociais, esta pesquisa permitiu contribuir para a reflexão de ser necessário um trabalho pedagógico efetivo que legitime e valorize a identidade negra, o sujeito negro e sua cultura afro-brasileira, de forma a construir um outro lugar para estes indivíduos, lugar este em que eles possam ser vistos por meio de olhares que respeitem suas características e história cultural e legitimem estas últimas como fatores importantes também, e não como ífero à outras culturas, para então desconstruir com esta inferioridade enfrentada pelas crianças negras, adultos negros e toda a comunidade negra.

PALAVRAS-CHAVE: raça, infância, subjetividade, memória, identidade.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
Capítulo 1 - A constituição da identidade e processos de subjetivação	11
1.1 – A constituição da identidade negra	17
Capítulo 2 – Identidade negra e seus aspectos histórico socioculturais no Brasil	21
2.1 - Primeiras políticas afirmativas no Brasil	24
2.2 – A identidade negra na educação infantil.....	29
Capítulo 3 – Cenas de educação infantil: Relatos de memória.....	37
• Caso A.....	37
• Caso B.....	38
• Caso C.....	39
• Caso D.....	41
• Caso E.....	41
• Caso F	42
• Caso G	43
• Caso H.....	43
• Caso I	44
Capítulo 4 – O Cabelo.....	45
4.2 – Para além do cabelo, outras análises	48
Capítulo 5 - Considerações Finais.....	53
Referências Bibliográficas	57

INTRODUÇÃO

A ideia essencial da construção desta pesquisa permaneceu constante durante toda minha graduação, a única certeza que eu tinha era o meu desejo de realizar algo que abordasse sobre as relações étnico raciais, sobre o sujeito negro.

Esta temática permaneceu viva e crescente dentro de mim, sou negra sim e com muito orgulho! Eu estava decidida em deixar registrado de alguma forma a minha luta, o meu desenvolvimento social e intelectual representando toda a comunidade negra, de forma a desconstruir essa imagem negativa acerca de toda cultura afro-brasileira que classifica o negro como um indivíduo impotente, desqualificado, incompetente, desprezível, burro... E tantos outros adjetivos humilhantes que se dizem por aí acerca deste povo, do meu povo, da nossa população brasileira. Não somos o que dizem por aí.... Eu não sou o que dizem por aí! Meus pais, principalmente a minha mãe deixaram claro para mim sobre as dificuldades que eu iria encontrar, eu me deparei com elas até hoje, me alertou para não aceitar esta realidade imposta para nós como indivíduos negros, pelo contrário, para seguir em frente driblando cada desafio, ciente de que não seria fácil...

Esta temática foi se desenvolvendo de uma maneira conflituosa, pois, eu vivenciava cada vez mais discussões acerca da realidade social do negro, denúncias raciais e discriminatórias a respeito do sujeito negro e socializações raciais entre diferentes raças e entre a própria raça negra. A graduação me permitiu ir ao encontro e expandir minha compreensão com relação a formação da identidade negra.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é apresentar e dialogar acerca das relações raciais que ocorrem na primeira etapa da educação básica, a educação infantil, enfatizando a identidade negra e trazendo para a discussão o meu contato como uma educadora negra com as crianças.

Foi escolhida a educação infantil por justamente ser a primeira, acredito ser imprescindível a proximidade acerca destas relações no instante em que as

crianças estão formulando, conhecendo e definindo tudo que está à sua volta, para ser tomado conhecimento.

A discussão partirá da apresentação e compreensão do processo de constituição da identidade e posteriormente da identidade negra, que se dá através de várias formas de subjetivação, conceito fundamental trazido por Foucault que será discutido neste trabalho.

A identidade negra, como temática principal neste trabalho, será discutida de forma abrangente, através de um panorama histórico sócio cultural para aprofundar a discussão, através de uma abordagem acerca dos sujeitos negros no Brasil, a vida em sociedade e as relações com a educação.

O desenvolvimento desta pesquisa seguirá com a metodologia de análise documental e serão trazidos relatos de docência para dialogar com os conceitos apresentados acerca das relações sociais e da identidade negra.

Através das análises este trabalho visa salientar a importância de um trabalho pedagógico efetivo acerca da valorização da identidade negra, do sujeito negro e sua cultura no espaço escolar.

Capítulo 1 - A constituição da identidade e processos de subjetivação

Tomando por base as discussões sobre o processo denominado por Foucault como subjetivação, em que os indivíduos se constituem e estabelecem sua identidade, o autor nos traz que este processo expressa as relações que são definidas de si consigo mesmo, “os modos de subjetivação são diversos que geram modos de existência e estilos de vida muito particulares” (FOUCAULT, citado por FISCHER, 1999, p. 42).

Dialogando com o estudo de Foucault, sobre os diferentes modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos, temos a compreensão de como os modos de subjetivação são constituídos e disseminados.

Os modos de subjetivação se baseiam numa forma de viver escolhida por cada um à sua maneira, é o cuidado de si, “(...) de uma escolha feita pelo indivíduo para sua própria existência. ” (FOUCAULT, citado por MANSANO, 2009, p. 113). É a forma que o sujeito se constitui: as práticas de si, o cuidado e si e as técnicas de si. As práticas de si é uma forma dos indivíduos se elaborarem e se transformarem, e assim atingir um modo de ser.

A liberdade do indivíduo se dá na ação de formular uma reflexão sobre sua vida; o modo, maneira de conduta a fim de fixar para si mesmo. Pela subjetividade há formações e transformações das relações consigo mesmo.

A concepção da identidade através do sujeito pós-moderno traz o indivíduo com uma identidade não fixa, de modo que ela é instável, sendo formada e transformada constantemente através do contato com os diversos sistemas culturais. “É definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, p. 13, 2004), é uma produção social.

Ao longo dos anos os indivíduos se adaptaram - modificaram-se em inúmeros domínios da vida em sociedade, o conceito identidade não ficou obstante disso. O sujeito moderno traz consigo novas identidades e uma fragmentação do sujeito, que antes era visto como um ser unificado. Hall (2004) aborda sobre a transformação das sociedades modernas através de uma mudança estrutural que faz com que seja fragmentado concepções culturais de classe, gêneros, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Tal situação se

desloca também para as identidades pessoais, de maneira que afeta a ideia que temos de nós próprios. Condição esta chamada de descentração ou deslocamento do indivíduo – tanto de sua posição no mundo cultural e social quanto de si mesmo, fato compreendido como crise de identidade.

Neste contexto é possível abordar sobre o conceito identificação, que segue com o processo de subjetivação. Hall (2000) cita que a identificação é instituída pelo reconhecimento de algo com origem comum, de características compartilhadas entre grupos ou pessoas ou de um mesmo ideal. Contudo, se dá também continuamente de forma deslocada, é um processo em construção pois, ao se falar em identidade nos deparamos com diversas possíveis para se identificar, isso porque elas “estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (Hall, 2000, p. 108). Processo esse que se articula com a globalização e coincide com a modernidade:

A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade. (WOODWARD, 2000, p.21).

Nesse contexto, as identidades relativamente já estabelecidas devem ter uma base para identificar-se, de modo a ser possível representar-se, articulando o momento passado – histórico, a fim de se adequar ao novo, à nova realidade que se apresenta. Isso porque segundo Laclau (citado por Hall, 2004, p. 17) a estrutura da identidade permanece aberta; se desmonta as identidades estáveis do passado ao mesmo tempo que se torna possível novas identidades e novos sujeitos.

Esta maneira de lidar com a realidade presente e conservar uma relação com o passado histórico realiza-se no sentido do uso de elementos da história, da cultura e da linguagem para ser possível a elaboração do sujeito que irá se

tornar. A base deste processo é a narrativização do eu, são através dos discursos que são construídas as identidades, a partir do modo como o homem se compreende como sujeito, como percebe a si mesmo. Nessa perspectiva, podemos afirmar que através do discurso é possível que o sujeito assuma uma posição que se identifique e assim constituir sua identidade.

De acordo com Feitosa (2012) “a identidade abrange a dimensão social e pessoal” dos indivíduos, ao se falar na dimensão pessoal é possível compreender que nada mais é o modo como o sujeito se percebe, como se representa, aqui é possível pensar nas relações de raça. O social acontece através do processo de identificação, que ocorre com outros sujeitos considerados significativos na socialização, por meio de diversos grupos sociais os quais o indivíduo valoriza, então sua atuação resulta numa diferenciação em que o indivíduo vai singularizando-se.

O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade. Ele nos permite explicar as razões pelas quais nós nos apegamos a identidades particulares. (WOODWARD, 2000, p.56).

Sendo assim, estas duas esferas acabam por se relacionar diretamente pois, a constituição da identidade precisa da aproximação com o outro e se estabelece na relação com outro e assim se modifica, compondo então a sociedade e sendo modificada através das relações sociais. A subjetivação compreendida por Guattari (citado por MANSANO, 2009, p. 111) não é algo completo, não se trata de uma posse, mas de uma produção contínua que ocorre pelas relações sociais com o outro e com a sociedade, de forma que produz efeitos e mudanças nos modos de viver.

Este processo de produção em que há diversas interações de efeitos provisórios e apropriações por parte do sujeito sucede de uma ação dupla como nos traz Guattari (citado por MANSANO, 2009, p.111); ao mesmo tempo que em que há apropriação dos elementos de subjetivação em circulação, o indivíduo também os fornece. Há assim uma troca nessa construção entre os sujeitos. É

um dinamismo o processo de subjetivação, e através de diversos elementos (linguagem, ciência, tecnologia, mídia, trabalho e etc.) é permitido que cada indivíduo se reinvente ou se atualize a partir de cada contato, de cada experiência. Entretanto, há o risco de não ocorrer esse movimento, no sentido de fixar certas referências - a força subjetiva produtiva, para ser reproduzida pela coletividade. Isto gera uma luta entre a imposição e a circulação das subjetividades, pois impede os “processos de singularização”, conceito trazido por Guattari:

O que chamo de processos de singularização é algo que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam por todos os lados. (GUATTARI E ROLNIK, citado por MANSANO, 2009, p. 112.).

De acordo com os estudos de Foucault (2004) temos dois sujeitos: o sujeito passivo; constituído por imposições exteriores - produto das relações de saber e poder, e o sujeito ativo; que se constitui pelas relações intersubjetivas, a partir da criação de si mesmo como sujeito autônomo e livre. O autor destaca ainda como importante a este movimento, os processos de subjetivação e objetivação – sendo este último o modo pelo qual sujeito pôde se tornar um objeto para o conhecimento e o primeiro – os processos de subjetivação -, estando relacionado aos modos pelos quais o sujeito se constitui.

Neste contexto é possível dialogar sobre o jogo da verdade, conceito trazido por Foucault (2004) para se remeter aos meios pelos quais os discursos podem ou não se tornar verdadeiros, de acordo com as circunstâncias que são ditos. Os jogos da verdade com a objetivação detêm dos discursos não apenas como práticas discursivas e sim coercitivas; o poder se dá pelos discursos, que são a verdade neste caso. Os jogos são as regras e mudança delas para com a produção da verdade, são um conjunto de procedimentos em que a verdade é colocada ou tirada pelos sujeitos pelas suas próprias práticas.

A identidade pode, nesse sentido ser compreendida como um discurso sobre um sujeito e aparece quando se quer efetivar as forças exteriores que encontramos, as informações, as histórias que nos rodeiam. Na tentativa de disciplinar ou reprimir tais forças, a noção de sujeito se aperfeiçoa e fica fixada uma certa essência escolhida, internalizada – a identidade. Isso é possível a partir da liberdade do indivíduo, que não é apenas para uma escolha da prática si, é ao mesmo tempo uma resistência – resistir à tudo aquilo que o torna sujeito, submetido ao poder e que não houve identificação. Contudo, o sujeito é um ser sujeito - nesta compreensão Foucault (2004) nos traz a ideia de que mesmo dessa forma os indivíduos possuem a liberdade, a possibilidade de várias condutas e comportamentos.

O poder entendido por Foucault (2004) como uma relação de forças somente é possível se instaurar onde há liberdade, no que é livre. Poder e liberdade são conceitos que caminham concomitantemente e daqui surge a resistência, resistir às forças que lhe são impostas. Neste contexto é possível falar numa liberdade negativa, uma não-liberdade, pois não é agir da forma que quiser e sim reagir primeiramente, na forma de resistência às relações de poder à qual se está sujeito. Pode-se falar também da relação do sujeito com os jogos da verdade numa prática não mais coercitiva, mas sim, de auto formação desse sujeito.

As relações intersubjetivas apresentadas por Foucault são voltadas para si mesmo, numa busca do seu modo de ser pelo qual se exerce a liberdade. A partir disso - do governo de si, o sujeito escolhe o seu modo de ser e a maneira como pretende se portar. É o modo ativo do indivíduo, de constituir a parte mais secreta de sua subjetividade, “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (FOUCAULT, 2004, p. 236).

A partir deste contexto pode-se dizer que o sujeito é efeito das relações de poder e de saber, aquele que está sendo sujeito, submetido ao outro pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade através da consciência ou do conhecimento de si. Isso porque:

(...) as identidades são construídas dentro e não fora do discurso (...) nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas. (...) elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional(...). (HALL, 2000, p. 109).

1.1 – A constituição da identidade negra

A identidade, como nos traz Sanches (2016), tem como embasamento a delimitação e/ou definição de alguém. É de formato contemporâneo, não sendo fixa ou até mesmo definitiva, pois se encontra como algo flexível e também mutante. Juntamente com a cultura ela se fortalece como forma a não se render à identidade do outro – fortalecimento de identidades culturais. A identidade negra segue com o intuito de legitimar e valorizar as origens africanas que se transformaram no decorrer da história africana e brasileira, como forma de reconhecimento.

Como nos traz Oliveira (2004):

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura (p. 57).

Ou seja, se identificar como sujeito negro é se posicionar diante da ancestralidade africana, se constituir como sujeito afrodescendente. De forma que assumir a identidade racial negra nada mais é do que um posicionamento político perante a sociedade.

Há diversos elementos para se determinar cor e raça e então fazer classificações (pela região geográfica, por quesitos fenotípicos - fisionomia). A pele aparece como elemento principal, a cor é legitimada para se classificar racialmente.

Sendo assim, as identidades são construídas por meio da diferença, o reconhecimento acontece a partir da relação com o “outro”, o “diferente”:

Pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça. (...) a constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e de estabelecer numa violenta hierarquia entre os dois polos resultantes – homem/mulher etc.

aquilo que é peculiar ao segundo termo é assim reduzido - em oposição à essencialidade do primeiro. Ocorre a mesma coisa com relação negro/branco, na qual o branco é obviamente, equivalente a “ser humano”. “Mulher” e “negro” são, assim, “marcas (isto é, termos marcados) em contraste com os termos não-marcados “homem” e “branco”. (LACLAU, citado por HALL, 2000, p.110).

A identidade por si só é marcada pela diferença, a identidade negra é fortemente marcada pela diferença. O reconhecimento de sua própria identidade, a afirmação dela, se estabelece pela negação de uma outra. Ao dizer que o indivíduo se reconhece pela identidade x, automaticamente ele está marcando como diferente a identidade y, z e todas as outras (SILVA, 2000, p. 74). É o processo de diferenciação que torna possível a representação por uma identidade:

(...) as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre identidade. (...) as afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. (SILVA, 2000, p.75).

A marcação da diferença ocorre também pelo discurso (modo de subjetivação), identidade e diferença têm de ser nomeadas, a linguagem é um sistema de diferenças. A identidade negra neste contexto se efetivou integralmente pelo discurso negativo, a partir do “processo básico de funcionamento da língua e, por extensão, de instituições culturais e sociais” (SILVA, 2000, p. 78), ela foi colocada como o que deve ser excluído, numa posição hierárquica de grande repulsa. Em nossa sociedade há uma grande dificuldade em se assumir, se identificar como sujeito negro. Tal posicionamento é difícil pois, se faz presente um olhar negativo para com a identidade negra, pela diferenciação que ocorre em relação às outras.

Tal situação foi imposta pelas relações de poder pois, identidade e diferença são uma relação social, sendo assim, a identidade negra se desenvolve pela mediação entre as relações sociais que ocorrem nos diferentes espaços sociais, que constroem a diferenciação entre negros e brancos.

O conceito mestiçagem, no contexto brasileiro, não se define apenas como uma mistura de raças do povo brasileiro, pois não há uma mestiçagem cultural de fato, por conta da identidade negra se constituir em meio à lutas e resistências (SANCHES, 2016, p.101). Lutas estas que ocorreram contra a desumanização, pois, ao sofrer desumanização se faz necessário que o sujeito negro resista consigo mesmo aos ideais que lhe são submetidos, que são contrários à sua visão de cultura e identidade negra, para que não se convença de tal subordinação. Quando há a tentativa de convencer o sujeito negro de sua identidade ser inferior, há também a necessidade deste mesmo sujeito negro de convencer o outro, aquele quem traz um discurso negativo a respeito da identidade negra, para efetivar a compreensão de que isso não é verdade, ou seja, convencer o contrário; aqui se instaura a resistência da identidade negra.

Silva (2000) discute sobre diversas marcas do poder, que resultam numa afirmação da identidade pelas diferenciações entre os sujeitos, pelas posições desses sujeitos e pelas classificações às quais são submetidos. A própria sociedade que produz tais classificações, isto porque identidade é uma construção social, tal classificação resulta em hierarquizações, em diferentes atribuições de valores para os grupos classificados. Sempre haverá neste sistema do poder uma oposição; um grupo agregado de valor positivo e um outro agregado de valor negativo, isso porque “por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e de determinar a identidade” (SILVA, 2000, p. 91). Neste sentido, dialogar com identidade e diferença nada mais é do que indagar tais sistemas que dão suporte e sustentação para essas determinações, debatemos aqui a construção da identidade negra por meio do processo de subjetivação, em meio à uma sociedade que a representa de forma negativa, que a sistematiza num formato de exclusão e anormalidade. Na dimensão social da identidade o preconceito ocorre pelo julgamento de outras pessoas à um indivíduo, quem é segmento de outros indivíduos ou de um grupo. Ao se

discriminar um negro se discrimina o segmento negro, se discrimina as características físicas e/ou sociais que os tornam semelhantes, isso porque “o corpo racializado e etnicizado é constituído discursivamente – por meio do ideal normativo regulatório de um “eurocentrismo compulsivo” (por falta de uma outra palavra)” (HALL, 2004, p. 130). Neste contexto temos a oposição entre negros e brancos, em que o branco sempre é visto como referencial positivo (beleza, bondade, capacidade, cognitivo e etc.) ao contrário dos negros, pelo fato de as identidades se constituírem pela familiaridade juntamente com a repulsa e/ou afastamento do que não é familiar.

Quando a criança inicia sua vida escolar, a socialização e constituição de sua identidade já foram iniciadas, de forma que a descoberta da diferença entre os sujeitos traz também a percepção da identidade racial. Neste sentido, pelos discursos, recursos visuais e modo de se portar de outros sujeitos tem-se a percepção do ser diferente - o negro, e ao mesmo tempo sua inferiorização, isso porque a identidade segundo Souza (citado por FEITOSA, 2012, p. 49) depende na maior parte da relação que se cria com o corpo. A imagem ou enunciado identificatório que o sujeito tem de si estão baseados na experiência de dor, prazer ou desprazer que o corpo lhe obriga a sentir e a pensar.

Por fim, temos então a construção da identidade negra, e tantas outras, a partir dos processos de subjetivação dos sujeitos:

Há a produção do eu como um objeto do mundo, as práticas de autoconstituição, o reconhecimento e a reflexão, a relação com a regra, juntamente com a atenção escrupulosa à regulação normativa e com os constrangimentos das regras sem as quais nenhuma “subjetivação” é produzida. (HALL, 2000, p. 125).

A identidade negra, pode-se dizer então, que é uma forma de fugir da padronização. Se assumir como negro é fugir frente aos modelos que lhe são submetidos, de forma a redefinir suas relações sociais com os demais grupos, identidades presentes na sociedade.

Capítulo 2 – Identidade negra e seus aspectos histórico socioculturais no Brasil

A história social dos sujeitos negros em nosso país teve início no século XVI com a escravidão - vários negros e negras foram trazidos do continente Africano para o Brasil juntamente com sua cultura e identidade, havendo então um impacto cultural, isso porque o processo de colonização dos negros africanos forçou uma convivência de forma violenta entre os diferentes povos e experiências culturais.

O modo de inserção cultural e civilização dos negros no Brasil aconteceu a partir da repressão de tudo aquilo que não tinha uma base europeia, casos contrários a isso sucedeu-se de forma escondida, disfarçada e dissimulada para não haver conflitos e até mesmo castigos por parte daqueles que fiscalizavam o que os negros faziam durante e após o trabalho, de forma a garantir que a cultura negra e suas características não se sobressaísse. (CRUZ, 2005, p. 21-22).

Entretanto, como nos traz Santos (2007) sempre houve um movimento (inicialmente escondido) dos escravos, abolicionistas, a partir do desejo em construir sua identidade negra aqui no Brasil, em legitimar as suas raízes africanas que se transformaram ao longo da história e assim ser possível reconhecer sua cultura de fato.

Santos (2007) relata que no final do século XVIII foi iniciado os movimentos abolicionistas que se intensificaram na segunda metade do século XIX fazendo uma pressão maior para a criação de leis e políticas que tivessem como base o fim da escravidão no Brasil, país onde persistiu por mais tempo tal regime em relação aos países europeus, isso porque houve aqui resistência por parte dos escravizadores que reivindicavam a manutenção ao invés do fim da escravidão.

Com o passar dos anos e as várias lutas enfrentadas pelo movimento abolicionista houve finalmente as primeiras conquistas fundamentais para os sujeitos negros escravizados aqui no Brasil, foram as seguintes leis:

1. Extinção do tráfico de escravos no Brasil – 1850;

2. Ventre Livre - 28/09/1871;

Eram nascidos livres os filhos de escravos a partir da data de decretação desta lei.

3. Sexagenário - 28/09/1885

Garantida a liberdade para os indivíduos negros com mais de 65 anos de idade.

4. Lei 13 de maio de 1888 – Abolição da Escravatura

Garantida a liberdade total e definitiva para os negros brasileiros, dando fim ao processo de escravidão que perdurou por mais de 300 anos.

O fim da escravidão como nos traz Sanches (2016) não foi um ato político generoso por parte dos senhores dos escravos, pelo contrário, foi a ascensão dos movimentos abolicionistas. A libertação foi conquistada pelos próprios negros escravos, isso porque há uma grande diferença no conceito liberdade concedida versus liberdade conquistada.

A luta dos negros manteve-se fortemente, por conta da desigualdade cada vez maior. É possível dizer aqui sobre o preconceito vivido por eles, o preconceito racial, que se dá pela cor, pela aparência. Ocorria a diferenciação entre aqueles ditos como os de cor, os negros, e o que não eram, os brancos, citados assim no contexto histórico abolicionista, acreditando-se ser uma forma politicamente correta para não ofendê-los:

No inglês, e especialmente nos Estados Unidos, foi usado por muito tempo, inclusive na maior parte do século vinte, a expressão *people of color*, ou *colored people*, literalmente “pessoas de cor” para se referir aos negros. (...) como de um suposto esforço em ser politicamente correto não se referindo ao outro como negro ou preto, uma espécie de designação supostamente ofensiva. (SANCHES, 2016, 105).

Como nos traz Sanches (2016) a referência dos sujeitos negros, asiáticos e até mesmo os indígenas pela cor ou raça é considerado uma ofensa, ou seja, uma forma de preconceito, isso porque tal modo de referência não ocorre da

mesma forma entre os brancos. É possível dizer que um sujeito é branco sem ofendê-lo, diferente de se direcionar a um indivíduo negro é dizer que ele é preto, sendo assim, essa situação se instaurou com base no privilégio da raça/cor branca em relação às outras existentes, fato que nos leva a entender o preconceito racial existente entre os brancos e os negros e outras raças e cores.

Diante disso, iniciou o processo de branqueamento dos sujeitos negros no Brasil, que ocorreu a partir da crença na diferença ser definida pelo modo biológico, que gerou discriminações, explorações e atrocidades, o que levou muitos indivíduos a autodeclarar-se em ser branco para não sofrer tais violências.

O processo de branqueamento do Brasil aconteceu no período pós abolicionismo, através da elite dominante da época, com o objetivo de inculcar nos "recém libertos" que havia uma só raça uma só cor e que todos os povos deveriam viver em harmonia. É chamado também pela ideologia do branqueamento, europeização dos brasileiros. (ROCHA, 2010, p. 2).

Isso porque, como nos traz Bento (2002) tal processo é visto como um problema do próprio sujeito negro, que por se sentir desconfortável e descontente com a sua condição em ser negro busca uma identificação como sujeito branco, afim de se misturar e dissolver as diferenças a partir das características raciais. Entretanto, foi um processo disseminado e imposto pela elite branca brasileira, que determinou ser ela o padrão de referência, a partir de um imaginário negativo em relação ao negro e sua identidade racial

Entretanto, o campo biológico não é suficiente para expor de forma precisa tais diferenciações que se apresentam na aparência física, isso porque como nos traz Pena & Birchall (2005, p.13) “embora a ciência não seja o campo de origem dos mandamentos morais, ela tem um papel importante na instrução da esfera social, pois, ao mostrar “o que não é”, ela liberta, ou seja, tem o poder de afastar erros e preconceitos”. A questão biológica não é mais o conceito chave para fundamentar as desigualdades que resultam no preconceito racial

vivido pelos sujeitos, o Dr. Kabengele Munanga (2004) reconhece que a questão de ser negro no Brasil é mais uma situação política do que biológica:

Pode parecer fácil distinguir fenotipicamente um europeu de um africano ou de um asiático, mas tal facilidade desaparece completamente quando procuramos evidências dessas diferenças “raciais” no genoma das pessoas. Apesar disso, o conceito de “raças” persiste, qual construção social e cultural, como forma de privilegiar culturas, línguas, crenças e diferenciar grupos com interesses econômicos diferentes. (PENA & BIRCHAL, citado por SANCHES, 2016, p. 106).

A partir da desmitificação da crença biológica houve o surgimento de processos de resistência e luta. Ocorreu a resistência ao branqueamento como uma forma de aceitação social, em prol da valorização do tipo negro e sua própria beleza. Temos aqui instaurado o cabelo e o corpo do sujeito negro como símbolos essenciais da identidade negra (SANCHES, 2016, p. 107).

(...) o negro, no seu processo identitário, ao longo da história, aprendeu com maestria manejar pelo avesso a representação negativa de si construída pelo olhar do outro. Paralelamente a toda uma sorte de situações de discriminação e a construção de uma representação social negativa sobre o “ser negro” no Brasil, nós, os negros, construímos uma história rica de reação e resistência, produzimos cultura e impregnamos o Brasil da nossa estética. (GOMES, 2002, p. 46).

2.1 - Primeiras políticas afirmativas no Brasil

As políticas afirmativas segundo Couto (2013) são formuladas com o objetivo de que os grupos historicamente discriminados tenham acesso igualitário às oportunidades, promovendo a sua inserção nas mais diferentes esferas sociais. São resultados de diversos eventos como: discussões éticas e jurídicas contemporâneas, fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória sobre o

nazismo, descolonização da Ásia e África, fluxos migratórios, novas correntes de pensamento (culturalismo e multiculturalismo).

No Brasil no final do século XX, como resultado de transformações decorrentes ao período final da 2ª GM (1945) surgiram as políticas de ações afirmativas. O final da guerra é importante pois foi quando intelectuais, comunidade científica e dirigentes políticos concordaram em ser urgente entender as origens do racismo para evitar outros conflitos que tenham como base eugenia e o extermínio étnico. Quando o racismo se torna problema científico e político, a busca por superar o racismo se tornou o principal vetor político dessa época - na década de 1940 diversas organizações que promovem a mobilização negra e valorização da cultura afro-brasileira surge (COUTO, 2013, p. 4).

Em meio a este contexto os conceitos identidade e cultura se colocam como fortalecimento de identidades culturais, para evitar a rendição de uma à identidade à outra, pelo fato de no Brasil haver uma grande diversidade e mistura de raças, cores e identidades. A cultura é o fruto da vivência e das construções simbólicas, pois “possibilita a pertença de pessoas, grupos e comunidades em geral com enraizamentos necessários para a vida humana, que não são exclusivamente geográficos, mas também no campo das representações” (SANCHES, 2016, p. 100).

A primeira ação afirmativa de cunho racial no Brasil foi em 1968, no governo de Costa e Silva, com a lei que introduz uma porcentagem mínima de trabalhadores negros nas empresas privadas, com o objetivo de reparar a discriminação racial no mercado de trabalho, porém, esta lei não foi formalmente elaborada. (MOEHLECKE, 2002, p.167)

Em 1978 surge o Movimento Negro Unificado – MVU, que debate a respeito do discurso nacional de democracia racial. De acordo com a autora Sanches (2016) o Movimento Negro se define com uma força identitária instaurado num contexto repleto de lutas e resistências, que segue em busca de significâncias coletivas em prol dos negros mediante as diversas situações históricas e sociais que se depararam, enfrentam ou irão enfrentar. Está

fortemente e ativamente presente onde há diversidade cultural e identitária entre os sujeitos, e como forma de combate ao racismo.

O Movimento Negro nesse período de surgimento, lutava em prol de denúncia do mito da democracia racial, não apenas para integrar o negro à sociedade brasileira, mas para pressionar o poder público para que os problemas raciais fizessem parte da agenda política brasileira. (SANTOS, 2007, p.131). Esta foi a época inicial do orgulho negro, da consciência negra e da negritude, em que se evidenciava a marcação da diferença em relação a outros grupos como forma de busca identitária e da história do sujeito negro brasileiro para ser possível uma reconstrução de sua origem africana – objetivo primordial.

O Movimento Negro a partir dos anos 80 do século passado inovou a luta social no Brasil, para ser possível ressignificar o negro como um indivíduo livre e valorizá-lo. Está fortemente e ativamente presente onde há diversidade cultural e identitária entre os sujeitos, e como forma de combate ao racismo.

No ano de 1983, com base em políticas afirmativas o deputado federal Abdias Nascimento apresentou a lei de ações compensatórias para os indivíduos negros, projeto este que não teve aprovação no congresso nacional. O objetivo de tal projeto era a existência de vagas reservadas nos concursos públicos e bolsas de estudos, com o propósito de eliminar a discriminação nas empresas privadas e promover a inclusão positiva da família afro-brasileira no sistema de ensino, propunha também a introdução nos conteúdos escolares a história das civilizações africanas no Brasil (MOEHLECKE, citado por COUTO, 2013, p. 20).

Em 1986, no estado de São Paulo no governo de Franco Montoro foi criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, para desenvolver e efetivar políticas para inserção social da população negra. Mais tarde, no estado de Rio de Janeiro em 1991, no governo de Leonel Brizola foi criada a Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras, que no mandato do governador Marcello Alencar se tornou extinta, no ano de 1994 (SANTOS, citado por COUTO, 2013, p. 20).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual é a lei fundamental e suprema do Brasil, finalmente reconhece pela primeira vez que a sociedade brasileira é formada por várias etnias e que as raízes dos diferentes

grupos e formas de viver devem ser respeitadas. Dispõe também sobre o racismo, reconhece tal atitude como um ato criminal.

No ano cem da abolição da escravidão, 1988, foi criada a Fundação Cultural dos Palmares, que como parte do ministério da cultura sua função é de promover e preservar a cultura afro-brasileira. (FUNDAÇÃO CULTURAL DOS PALMARES, s/d).

A década de 90 ficou marcada para o movimento negro, que virou um ator fortemente envolvido nas formulações das ações políticas raciais. Conseguiu chegar nos anos 2000 ocupando diversos cargos nos espaços governamentais (COUTO, 2013, p. 15).

No início dos anos 2000, teve em 2002 o II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que formalmente definiu o termo afrodescendente como oficial. Em 2010 no censo elaborado pelo IBGE, como resultado dos movimentos de orgulho negro no país houve um aumento significativo na autodeclaração de pretos e pardos, resultando em uma população brasileira formada por mais da metade por uma população negra, com o equivalente a 50,7% (LAMARCA & VETTORE, citado por COUTO, 2013, p. 14).

No governo do presidente Lula o tema igualdade racial ganhou um espaço importante nos campos institucionais e governamentais:

No governo Lula, as políticas afirmativas destinadas à educação estão organizadas tanto em bases de demandas por reconhecimento com intuito valorativo/identitário, tanto com intuito redistributivo. O que se pretende é atuar na correção dos resultados e das oportunidades desiguais para suprir as carências socioeconômicas dos membros do grupo em questão. (COUTO, 2013, p. 27).

Como resultado deste governo temos a política da Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo escolar a temática da História e Cultura Afro-brasileira, o programa ProUni - Programa Universidade para Todos que foi institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 e o apoio às ações afirmativas nas

universidades públicas do país por meio, sobretudo, de reserva de vagas para estudantes negros aprovados no processo seletivo.

O ProUni disponibiliza bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em universidades privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. (PROUNI, s/d). Este programa compreende-se como uma política pública de ação afirmativa, que oferece cotas para afrodescendentes, indígenas e deficientes para garantir o acesso e permanência à educação superior, de forma a assegurar o estudo acadêmico para tais segmentos populacionais que, ao longo da história de desenvolvimento do país, perpassaram por dificuldades de acesso ao ensino superior, isto porque o ProUni visa dar atenção àqueles que são provenientes de baixa renda, pessoas vulneráveis alvo de diversas formas de discriminações. (MORAIS, 2011).

2.2 – A identidade negra na educação infantil

De acordo com Gomes (2002) educação e identidade se articulam como processos densos, construídos pelos próprios sujeitos sociais ao longo da história da humanidade, a partir das relações sociais e culturais, perpassam pela articulação entre o individual e o social, o passado e o presente. Ambas esferas são incorporadas pelos sujeitos ao mesmo tempo que se incorporam, através das ações dos próprios sujeitos, num movimento de dinâmica da via particular a universal.

Temos em nossa sociedade a escola como um meio social para se construir a subjetividade, identidade, autoestima e reconhecimento do sujeito, sendo assim, é preciso que a educação aconteça numa articulação com a realidade étnica, cultural e social do educando, para se permitir uma construção da identidade com a valorização de si e o seu grupo de origem.

Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. (SILVA, 2000, p. 96-97).

De acordo com Abramowicz e Oliveira (2012), encontramos uma delimitação ao se falar da infância: a idade. Esta é uma marca fixa e prática em que estão inseridas as crianças, que delimita o seu desenvolvimento. Neste contexto são determinadas as etapas da vida, o período de desenvolvimento a partir de um tempo vivido - a idade, e por meio deste processo é possível classificar as crianças dentro dessa periodicidade, aquelas que estão se desenvolvendo de acordo com o tempo estabelecido, dentro da “normalidade” padronizada definida, e as crianças que se desviam desse período determinado. Sendo assim, elas vão crescendo tendo como foco o adulto, para controlá-las e observá-las. As estatísticas foram problematizadas e de acordo com a delimitação por idade surgiu também outras divisões, como por exemplo por

gênero; é possível falar nas disciplinas mais atraentes para meninas e outras para os meninos, e também no que diz respeito ao desempenho escolar e a diferença entre crianças e os jovens brancos e os negros.

Rosemberg (2005) dialoga a partir da produção recente sobre raça e educação (década de 90), com algumas estatísticas educacionais para enunciar as desigualdades de acesso e permanência dos sujeitos negros no sistema educacional brasileiro.

A autora traz para discussão três argumentos para discorrer sobre a desigualdade educacional relacionada com o racismo em todos os níveis escolares, são elas: práticas preconceituosas presentes no âmbito escolar, diferença na distribuição de renda pelo quesito racial e segregação espacial das populações negras em território brasileiro (ROSEMBERG, 2005, p.27). É apresentando também alguns dados estatísticos referentes ao ano de 2003.

Referente a média dos anos de estudo da população brasileira tendo 10 anos e mais temos apenas 6,4 anos, uma média baixa que tem como base uma forte variação pela cor e/ou raça, região e zona de residência, eram 6,9 anos em zona urbana e 3,8 anos em zona rural. No ano de 2003 a média de estudos para brancos tendo 10 anos e mais foi de 7,3 anos, para pretos 5,6 anos e para pardos 5,4 anos. Nos estados do Nordeste os dados referentes à média dos anos foram os piores para pretos e pardos:

- Alagoas – 3,2 para pretos e 3,9 para pardos;
- Paraíba – 3,4 para pretos;
- Piauí – 3,7 para pretos.

Tabela 1

Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos de idade, por cor/raça e grupos de idade segundo as grandes regiões. 2003.

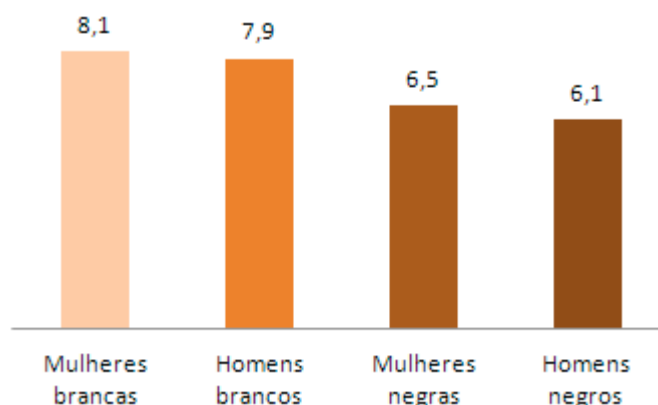
Brancos	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
5 e 6	80,6	73,6	84,4	84,8	71,4	76,0

7 a 14	98,1	97,1	96,6	98,7	98,3	97,6
15 a 17	85,6	83,9	83,5	87,7	82,8	86,4
18 e 19	52,9	57,6	58,7	52,3	48,0	56,7
20 a 24	29,9	32,6	33,2	28,6	30,0	30,8
Negros						
5 e 6	77,0	72,3	79,7	79,8	65,7	65,8
7 a 14	96,4	95,5	95,8	97,4	96,8	96,7
15 a 17	79,2	80,1	78,6	80,0	75,9	80,3
18 e 19	50,0	55,8	55,7	45,4	32,8	45,5
20 a 24	23,4	29,6	26,9	18,0	18,3	22,2

Outra questão trazida pelas pesquisas da década de 90 são as práticas discriminatórias em que os sujeitos negros são vistos de modo negativo ao se falar de suas possibilidades intelectuais (FIGUEIRA, citado por ROSEMERG, 2005, p. 27).

De acordo com os estudos mais atuais, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2009, temos os seguintes dados estatísticos:

Tabela 2
Média dos anos de estudo, por sexo e cor/raça. 2009.



Dados estes que mostram mais atualmente uma diferença estatística percentual entre as raças branca e negra, que reflete a diferença social presente no que diz respeito da frequência e permanência dos estudantes negros.

Ao se falar da educação infantil a desigualdade educacional para com as crianças negras não se mostra em grande escala, o diferencial racial de acesso é pequeno. Entretanto, “o pequeno acesso à EI, especialmente às creches, compartilhado entre crianças brancas e negras, constitui, sem dúvida, um forte indicador de baixas oportunidades educacionais aos segmentos negro e branco” (ROSEMERG, 2005, p. 23), isto porque de acordo com as pesquisas, as crianças negras - muitas delas, frequentam instituições educacionais diferentes daquelas oferecidas pelo Estado, tais como associações de bairro, centros de convivência infantil e etc.

A escola, a cultura escolar com o passar dos tempos ficou cada vez mais reconhecida não apenas como um local de transmissão de saberes, mas também como um local importante no processo de construção de identidades sociais e no processo de humanização, pois aprende-se e compartilha-se valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. Sendo assim é possível articular em diversos estudos as temáticas educação, cultura e relações sociais. (GOMES, 2002, p. 40).

Se faz necessário o trabalho sobre a diversidade nestes espaços para que a socialização ocorra da melhor forma possível, sem haver a discriminação racial (CAVALLEIRO, 2003), isso porque a presença do racismo na educação infantil aparece como um dos elementos mediadores das relações que ocorrem nas práticas pedagógicas e, a partir daí se dão as estratificações sociais e desapropriação dos elementos e características culturais africanas e afro-brasileiras que resultam numa negação do pertencimento étnico-racial das crianças negras (SANTIAGO, 2015).

A partir deste contexto é possível dizer sobre a instituição familiar, no que diz respeito ao acesso à educação infantil e no processo de construção da identidade racial.

As crianças pequenas, muitas delas ficam restritas aos cuidados e desenvolvimento em domicílio, ao se falar dos seus primeiros anos de vida. Nesse sentido, é de extrema importância que as creches sejam de boa qualidade, para oferecerem um cuidado alternativo e adequado para as crianças.

As Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional, instituída pela lei nº. 9.394 determinou a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, sendo direito das crianças menores de sete anos frequentar creches e pré-escolas. Apesar das políticas que asseguram o direito à educação, as famílias têm de enfrentar a desigualdade da distribuição dos benefícios das políticas sociais, que resultam numa desigualdade de acesso, mediante nível socioeconômico, raça, região e local de moradia, ao se falar das crianças de menores idades isso é facilmente notável.

A pobreza impacta a criança negra de maneira mais cruel e contundente do que a criança pobre e branca, já que a família negra vive com mais intensidade a desigualdade social. Mas não é só isso, a pobreza é atravessada pela raça, o que significa dizer que a raça é também explicativa da pobreza (ABRAMOWICZ e OLIVEIRA, p. 50, 2010).

A partir deste contexto é possível dizer que temos em grande maioria crianças negras frequentando as creches públicas, sendo assim, o trabalho de reconhecimento e valorização da identidade racial deve ter início na educação infantil. Essa etapa da educação básica antes não tinha muita atenção voltada para ela, recentemente o Estado vem cuidando mais dessa fase, e a base do trabalho pedagógico se dá em educar e ensinar concomitantemente.

Algumas famílias, enquanto as crianças são pequenas, deixam o silêncio tomar conta quando se trata de questão racial (CAVALLEIRO, 2003), ou seja, a primeira socialização – família - acaba por ocultar tal assunto, isso faz com que as crianças negras não tenham uma base eficaz para lidar com o preconceito existente na sociedade e na instituição escolar, o que gera uma posição negativa no que se refere a construção de sua identidade, a criança negra acaba vivenciando uma experiência negativa em seu desenvolvimento na constituição de sua autoimagem.

Essa negatividade internalizada pelas crianças se instaura a partir do estabelecimento majoritário social sobre as diferenças entre brancos e negros, em que os brancos são os bonitos e o negros ditos como os feios. Sendo assim, isto é um dos fatores que orienta o posicionamento das crianças brancas e das crianças negras.

O processo de autoconceito é adquirido por aprendizagem. Ao interagir com pessoas, em princípio, no âmbito familiar e posteriormente nas relações escolares, a criança recebe um retorno que pode ser verbal ou simbólico que pode reforçar ou desconstruir a imagem (positiva ou negativa) que ela faz de si mesma, de certo modo, é possível concluir que a criança se enxerga nos olhos do outro (OLIVEIRA, SOUZA e MOURA, p. 6, 2003).

A escola e a família são espaços primordiais de socialização, a partir deste processo *“a criança começa a interiorizar seu lugar no mundo, incorporar papeis sociais, ou seja, inicia-se um delineamento das características que irão formar sua personalidade e identidade”* (OLIVEIRA, SOUZA e MOURA, p. 7, 2003).

Diante desse contexto, as famílias negras têm a responsabilidade de criar seus filhos negros emocionalmente e socialmente competentes para lidar com as implicações de ser negro em uma sociedade racista e discriminadora, devendo colocar em prática a educação dos seus filhos, de modo a promover mensagens de orgulho racial.

Entretanto, esta tarefa não permeia somente às famílias, acaba por ser responsabilidade compartilhada com as instituições escolares:

(...) cabe à escola e à comunidade zelar por um trabalho efetivo de inserção da cultura e história africana e afro-brasileira até então negligenciada. (...) uma escola democrática, que abarca todas as contribuições dos sujeitos sociais em igual medida, que não hierarquiza as relações, que incita a autonomia e o questionamento, que valoriza o trabalho coletivo e a cooperação, estaria contribuindo com certeza para a desconstrução das relações raciais desiguais (FEITOSA, p. 223, 2012).

Segundo Gomes (2002), a instituição escolar interfere na identidade negra, pois é um espaço onde há diversos olhares direcionados aos negros e também para sua cultura, de forma a ser possível valorizar tal identidade e suas diferenças como também estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. Isso porque o processo de constituição da identidade negra ocorre também neste espaço, durante a trajetória escolar dos próprios educandos negros.

As crianças negras descobrem que há na escola diferentes visões em relação ao seu pertencimento racial, sua cultura e história que se chocam com seu próprio olhar e experiências vividas acerca da negritude. O espaço escolar neste contexto é um campo muito complexo entre as identidades e as alteridades; semelhanças e diferenças, e as diversas maneiras pelas quais estas últimas são tratadas. As diferenças, implicam em processos de aproximação e distanciamento dos sujeitos entre os próprios sujeitos.

O trabalho pedagógico das creches deve seguir com a abordagem da diversidade racial, não apenas no sentido de a criança negra aceitar suas

características, seus traços e o seu corpo negro, mas também trabalhar com a criança branca para que ela reconheça a criança negra e a aceite também, a fim recebê-la com positividade, legitimando as diferenças e o respeito.

A família é uma grande aliada neste processo pois, é na educação infantil que os pais estão mais próximos da instituição escolar. Diversas experiências sobre ter sido possível abordar este tema sobre a afirmação das diferenças nas escolas resultaram numa aproximação maior entre as famílias, a escola e as crianças, no sentido de acolhimento, conceito trazido por Archangelo (2013), que corresponde a forma como o educando vê e sente os cuidados da escola para com ele, e que causam-lhe bem-estar e segurança. Quando falta acolhimento, o educando sente-se abandonado e negligenciado, podendo apresentar atitudes hostis e insegurança. Tanto as crianças brancas, negras e suas famílias devem se sentir acolhidas pela instituição, ter um relacionamento de pertencimento, que faz com que o educando sinta-se parte natural daquele espaço, tornando-o desejável.

Capítulo 3 – Cenas de educação infantil: Relatos de memória

- **Caso A**

No final de uma tarde estava eu fazendo a saída dos alunos numa escola privada de Educação Infantil. Estava levando minha aluna de um ano pelo corredor das salas em direção à porta de saída, para ir de encontro à sua mãe que veio buscá-la e sua irmã de 4 anos, quem também estuda nesta mesma escola. Ao encontrá-las na porta entreguei a Mamá, que foi correndo para o abraço de sua mãe e de sua irmã Lala, depois dos abraços sua mãe a pegou no colo. Ficaram todas paradas por um instante e então a Lala me perguntou se a Mamá tinha ficado bem, respondi que sim, então sua mãe a chamou para ir embora. Acenei com minhas mãos e dei tchau para a Mamá quando a Lala se virou para mim e perguntou toda risonha (como se tivesse superado a vergonha, rompido barreiras que a impedia de me perguntar) por que meu cabelo sempre estava preso. Sua mãe sorriu para mim e mais que rapidamente respondeu:

- Porque ela usa assim filha (risos)! Vamos andando, vem!

Então sorri para ela e me curvei um pouco para respondê-la e disse:

- Meu cabelo não está preso! Ele na verdade está solto, tem essa faixa que estou usando, mas meu cabelo é diferente, ele sempre fica assim todo para cima.

Lala aceitou minha resposta com um outro sorriso bem grande e disse

- Ahhhhhhhhhhhh!

Então ela se virou para sua mãe, que estava parada com a Mamá no colo esperando nossa rápida conversa terminar, olhei para ela sorri e disse tchau. As três seguiram em direção ao portão de saída e foram embora.

- **Caso B**

Semestre passado, nesta mesma escola, eu trabalhei como auxiliar de uma turma do berçário, eram bebês de 7 a 9 meses no período da tarde. Havia o Samuel, bebê de 9 meses que todos concordavam em dizer que ele era moreno¹ – pele de tom mais escura que os outros bebês da turma ditos como brancos, de peles claras. Após a adaptação dele, ele ficou muito apegado à minha presença, sempre quando eu me ausentava da sala ele chorava, fato recorrente que fez com que minhas companheiras de trabalho dissessem que ele era meu filho, que eu era a mãe preta dele – no caso a mãe branca seria a professora, que se declara como branca. Então quando ele começava a chorar por outro motivo que não fosse minha ausência, a professora da minha turma as vezes dizia:

- Não chora Samuel... vai lá com sua mãe preta, vai! – a fim de eu acalmá-lo.

Certo dia ele chegou com uma pulseira dourada em seu pulso, gravada com o seu nome. Ao ver tal acessório as minhas companheiras de trabalho falavam que ele estava parecendo um “pagodeiro”, que isso (uso do acessório) só poderia ser ideia do pai, quem elas já tinham ouvido histórias sobre o seu gosto musical ser samba e afins. Enquanto ele ficou vindo para a escola com esta pulseira as professoras e auxiliares sempre diziam quando o viam:

- Olha lá, lá vem o pagodeiro! – às vezes seguido de algum elogio ou de alguma forma de batuque no pandeiro, atitude que tirava diversos sorrisos de Samuel.

¹ Não exploraremos aqui esse debate tal como ele poderia ser feito, mas destacamos o fato de ser comum em contextos brasileiros utilizar a expressão “moreno” para se referir à pessoas negras como se de algum modo a expressão “moreno” amenizasse a negritude do outro em questão, fato este que aparece neste TCC na descrição do caso I.

- **Caso C**

Nessa mesma turma em que eu trabalhei ano passado há a Nunu, menina branca (1 ano e 10 meses). Como acompanhei o crescimento dela desde os 4 meses e fui uma das suas primeiras professoras, sua mãe, branca, quem também é educadora de lá e atualmente trabalha na biblioteca, convidou a mim, as professoras titulares da turma e outras auxiliares que participam do processo educativo da Nunu para o seu 1º aniversário. Numa conversa com uma professora titular, ela me disse que a mãe da Nunu disse a ela que a Nunu não tinha bonecas, então seria uma boa ideia dar boneca de presente. Aproveitei a dica e fui comprar. Comprei uma boneca negra que mamava o leite e depois fazia xixi. A mãe alguns dias depois comentou comigo muito contente que ela e a Nunu adoraram a boneca “preta” e acharam muito legal que ela faz xixi.

Neste ano continuei com a mesma turma. Há o dia do brinquedo e houve algumas vezes que a Nunu trouxe essa boneca para a escola. Quando trazia fazia questão de me mostrar e então havia o diálogo sobre a boneca como sendo o presente ganhado por ela de 1 ano. Na volta das férias do meio do ano a Nunu trouxe a boneca mais uma vez e a professora me perguntou se eu sabia qual era o nome dela, respondi que não e ela disse que era Michelle.

Quando a Nunu acordou, enquanto eu trocava outra criança ela pegou a boneca e veio apresenta-la para mim, veio em minha direção e disse colocando a boneca na frente do meu rosto: “A Michelle!!!”. Imediatamente abri um sorriso para ela e ela me voltou outro, então conversamos:

- Essa é a Michelle, Nunu?
- Sim.
- É a Mi?!
- Sim.
- Posso pega-la para dar oi?
- Sim. E me entregou a boneca.

Peguei a Michelle, falei oi para ela e dei um beijo. Coloquei ela ao lado da minha cabeça e perguntei:

- Ela é Michelle? Igual o nome da teacher (chamada assim por ser uma escola bilíngue) Mi? Ela balançou a cabeça confirmando que sim.

- Olha só, ela é parecida com a Mi! E tem o nome igual ao da Mi! Entreguei a Michelle de volta para ela e então ela passou o dia com a boneca e ninguém mais podia pegá-la senão a Nunu ficava brava.

Na saída encontrei com a mãe dela e ela contou que a Nunu só quer brincar com a Michelle, não quer saber das outras bonecas. Contou também que teve um dia em que a Nunu estava no banco traseiro do carro com a Michelle no colo e num certo momento ela caiu, então a Nunu ficou o caminho todo chamando a Michelle, para poder pegá-la porque ela estava chorando (fala da Nunu para sua mãe) e foi assim o caminho todo, até o local de chegada quando a mãe pôde tirá-la da cadeirinha para finalmente pegar e cuidar da Michelle que estava chorando no chão do carro. A mãe dela comentou que tentou junto com a Nunu dar outro nome à boneca e não deu certo, que até sua irmã (tia da Nunu) também tentou e anda de mudar o nome.

A Nunu para dormir sempre levou consigo a “Juju”, uma bonequinha de pano em que estava marrada sua chupeta. Na 1ª noite que ela tirou a chupeta sua mãe contou que pensou que seria uma noite de muito choro, porem a Nunu chorou apenas uma vez, pediu a Michelle e voltou a dormir. Nos três dias seguintes a Michelle veio para a escola junto com a Nunu para ficarem juntas no momento da soneca, porem a Nunu passava o dia todo ao lado da boneca, foi preciso até reservar uma cadeirinha ao lado da Nunu nos momentos de alimentação para a Michele sentar. Depois desses três dias a Nunu passou a querer dormir com a Juju e a Mi não veio mais para a escola e depois de quatro dias ela passou a dormir sem nada, jogava a Juju para longe nos momentos de soneca da escola.

- **Caso D**

Semestre passado pude ver uma única abordagem a respeito da identidade negra, nesta mesma escola. A professora de uma turma de crianças com um ano e meio a dois anos resolveu fazer um teatro em sala. Levou para classe uma casinha pronta para teatro com fantoches, que representava uma janela com cortina. Ela chamou minha turma, minhas crianças do berçário para se juntar. Com diversos fantoches representou pessoas de diferentes etnicidades, de diversos países. Ao representar a etnia negra apresentou um boneco negro, disse ser da Angola, um personagem angolano. Falou com o sotaque da Angola (o mesmo do programa “Zorra Total”, havia um personagem negro angolano) e brincou com ele, fez uma cena deste angolano com o seu charuto que caiu para o lado de fora da janela, e quando ele foi pegar queimou a sua mão. Todos caíram na risada, inclusive eu e o Samuel (criança do caso B), quem chamou atenção da professora, ela fez questão de fazer a ressalva que ele estava rindo, que então gostou da cena.

- **Caso E**

Num outro final de tarde fazendo a saída das crianças nesta mesma escola, fiquei com a responsabilidade de cuidar e esperar os pais das crianças da “Casa 2” - de idades maiores de 3 anos. Ficamos sentadas na passarela da escola, que fica de frente para o portão de saída, local em que pode-se ver os pais estacionando os carros e logo identificar seus respectivos filhos e encaminhá-los para a saída. Depois de alguns minutos sentada com os pequenos, a Bia (5 anos), quem eu não tinha contato, nem conhecia, me perguntou:

- Por que o seu cabelo só fica para cima? – sorri para ela e respondi:

- Porque o meu cabelo é crespo, do tipo cacheado, então os cachinhos dele ficam todos para cima.

- E você não usa nada para ele ficar assim?

- Uso sim, tem uma tiara que está escondida no meio do meu cabelo! É que ele fica muito para cima e os cachinhos entram na frente da tiara e esconde ela – tirei e dei para ela ver.

- Nossa, é bem pequena! – analisou com um olhar de estranheza.

- É sim! Bem fina...

Coloquei no meu cabelo de volta e a conversa foi encerrada.

- **Caso F**

Na hora do almoço, nesta mesma escola, estava eu numa sala com outra auxiliar e crianças de um até três anos de idade. Elas são do período integral, enquanto a aula do período da tarde não se inicia elas ficam conosco na brinquedoteca, local onde as vezes assistimos algum vídeo, brincamos com massinha, com brinquedos, fazemos massagens, contamos histórias, desenhamos e/ou pintamos e tantas outras coisas para ser um tempo de relaxamento ou de exploração do ambiente e de objetos.

Neste dia estávamos assistindo “Frozen”. A outra auxiliar sempre brincou com as crianças deixando elas mexer em seu cabelo para fazer diversos penteados. Neste dia não foi diferente, o Mi (criança de 2 anos) num dado momento se levantou e perguntou se podia mexer no cabelo dela, ela respondeu que sim e o soltou. Tal atitude do Mi chamou atenção de outras crianças que também foram pentear o cabelo desta mesma auxiliar.

Eu fiquei observando e elogiando os penteados das crianças e dizendo para a auxiliar como estava bonito o cabelo dela. Minutos depois o Mi veio em minha direção e perguntou se poderia fazer penteado no meu também, respondi que sim. Meu cabelo já estava solto, então ele começou a tatear; apertou, puxou, passou a mão e disse dando risada: seu cabelo é legal! Falei para ele que meu cabelo era diferente do da outra auxiliar, que é cacheado e todo para cima. Ele sorriu e disse novamente que era legal. Depois dessa conversa outras crianças vieram mexer no meu cabelo, e riam a todo momento junto com o Mi. Brincamos

por mais alguns minutos, até o momento em que tive que sair e ir para outra sala dar apoio.

- **Caso G**

Numa festa familiar estava eu e a Nica (menina negra, 5 anos) sentadas no banco de uma grande mesa. Havia apenas mulheres e um menino de 10 anos sentado. Ela estava ao meu lado. Eu estava apenas escutando a conversa da mulherada, prestando atenção nos assuntos quando a Nica comentou comigo:

- O seu cabelo é igual o meu...

- É sim! Temos cabelos cacheados!

- Ele balança igual o meu... – e balançou a cabeça de um lado para o outro.

- Sim, são os nossos cachinhos! Você acha nossos cabelos bonitos? - eu perguntei.

- Acho sim! E você também tem cor igual a minha – disse isso passando a mão no seu braço.

- Isso mesmo, somos meninas negras de cabelo cacheado!

- É verdade! – respondeu ela finalizando nossa conversa e se levantando para sair do banco.

- **Caso H**

De acordo com a grade curricular do meu curso tive que cursar a disciplina de Estágio Supervisionado Educação Infantil II. Realizei numa Escola de Educação de Infantil Municipal de Campinas numa região de vulnerabilidade social, no agrupamento III, pelo período da manhã. Era uma turma integral composta por 28 crianças, uma professora e duas agentes de educação infantil.

Havia nesta turma diversas crianças negras e pardas, tanto meninas como meninos. No terceiro dia de estágio a criança Vi (2 anos) chamou atenção da agente II em relação à minha presença na sala. Após uma conversa no interior da sala de aula - entre nós quatro enquanto as crianças brincavam, sobre as famílias que não davam a devida atenção às crianças, que eram muito carentes e/ou desestruturadas – elas relataram fatos ocorridos entre os pais e/ou familiares das crianças, a agente II comentou que eu poderia me passar facilmente por algum parente da Vi, pois éramos muito parecidas, tendo por base características físicas - ambas negras escuras, cabelos crespos cacheados, lábios grossos, olhos escuros, narizes largos e etc., dito isso todas olharam para a Vi, que olhou de volta para mim e sorriu. No momento do parque ela ficou brincando perto de onde eu estava, sempre buscando chamar minha atenção, ora trazia algo para eu ver, ora me apontava outra criança fazendo algo errado.

- **Caso I**

Ano passado pela participação no PIBID tive contato com uma turma de 1º ano para fazer leituras e atividades referentes a questões emocionais. Quando fiz a leitura do livro “Krokô e Galinhola”, um conto africano, que tratava sobre as diferenças físicas e falei um pouco sobre as diferentes cores de pele, uma criança que se reconhecia como negra (dizia ser pretinha) relatou sobre sua família, sobre a cor de seus pais e seus irmãos dizendo ser pretinhos e branquinhos. Quando eu falei que tinha pela escura e que sou negra ela me corrigiu, disse que eu era neguinha, depois se corrigiu e falou que eu era morena, num primeiro momento eu ri, depois refleti que no vocabulário dela a palavra ‘negro/negra’ não está muito presente, por isso disse ser mais escurinha e eu ser neguinha, depois morena. Entendo que ‘negro/negra’ para ela soa como algo estranho ou até mesmo uma ofensa.

Capítulo 4 – O Cabelo

“São dois conflitos que o povo negro enfrenta: a cor e o cabelo. ”

(ROCHA, 2010, p.5).

Gomes, aborda que o corpo negro é colocado como o suporte da identidade negra e o cabelo como ícone identitário. O corpo diz respeito ao estar no mundo, sendo natural e simbólico, cada cultura à sua maneira o modifica, o transforma com base em suas próprias regras e o indivíduo é sujeitado a isso, pelo fato do processo de constituição da identidade necessitar de uma aproximação com o outro e se estabelecer a partir desta relação com o outro e assim se transformar.

O cabelo e sua manipulação tem significados marcantes e diferentes em meio às civilizações, até mesmo poder é atribuído a ele, neste contexto entende-se o cabelo como símbolo de identidade, sendo então um símbolo para representar a identidade negra.

A primeira forma de manipulá-lo encontrada na infância da criança negra são as tranças, porém muitas vezes elas não são aceitas pelos pequenos, reclamam do processo de fazer e desfazer as tranças pelo fato de ser dolorido, tal fato gera a preferência por técnicas de alisamentos como nos traz Félix: “(...) o Brasil é um dos maiores mercados mundiais de cosméticos infantis. Muitas empresas tiram proveito disso na criação de fórmulas químicas, fazendo propagandas milagrosas em que o cabelo crespo é transformado em liso. ” (2010, p. 5).

As tranças são o primeiro penteado apresentado para as crianças por ser uma técnica corporal que acompanha a história do sujeito negro desde a África, cujos significados foram alterados com o passar do tempo. (GOMES, 2002, p. 43).

O manusear do cabelo do negro é realizado de diversas formas, cada sujeito à sua maneira, numa forma íntima de construção da identidade negra.

Há, então, um campo mais íntimo que se refere à esfera da subjetividade, que nem mesmo a intervenção familiar e um debate crítico produzido no espaço da militância ou da escola conseguem alcançá-lo na sua totalidade. Isso não significa ignorar o peso da história, da sociedade e da cultura, mas destacar que a subjetividade também tem a sua importância no processo do tornar-se negro. A relação do negro com o cabelo nos aproxima dessa esfera mais íntima. (GOMES, 2002, p. 47).

Este campo mais íntimo nos diz respeito à subjetividade, o sujeito negro se constitui como negro a partir do processo de subjetivação, a construção da identidade negra faz parte deste processo. É o modo pelo qual o sujeito se determina, a partir das práticas de si, do cuidado de si e das técnicas de si. O indivíduo com a sua liberdade e reflexão feita de todas as relações que estão à sua volta fixa para si mesmo um modo de vida, um modo de se posicionar enquanto sujeito.

A manipulação do cabelo é uma técnica corporal presente em diversas culturas, mas para os negros brasileiros tal fato ocorre em meio à conflitos. Há diversos sentimentos negativos em relação ao cabelo do negro, ao cabelo crespo, porque as representações dos sujeitos negros foram construídas numa sociedade racista que influencia e desenvolve tais sentimentos. Os penteados são diferentes entre as crianças negras e brancas, isso porque há espaços em que a criança negra enfrenta diversos estereótipos em relação ao seu cabelo e corpo, a escola é um deles.

Tais conflitos e estereótipos enfrentados pelas crianças negras seguem acontecendo por estar presente em nossa sociedade uma influência fortemente negativa no que diz respeito a identidade negra. Isso é possível a partir da ação dupla do processo de subjetivação que não ocorre. Ao invés de haver uma troca de construção de si entre os sujeitos há uma forma de fixação de certas referências. A força subjetiva produtiva se torna uma forma de reprodução para a coletividade, havendo um conflito entre a imposição e a circulação de subjetividades, impedindo os processos de singularização dos indivíduos, e assim as crianças negras se encontram rodeadas de visões negativas que são fortemente reproduzidas, no que diz respeito à identidade negra.

O cabelo crespo é uma parte do corpo que é símbolo determinante para a identidade negra e ao mesmo tempo determinante no espaço escolar como símbolo de inferiorização. Isso porque o cabelo do sujeito negro é visto como ruim, enquanto que dito como cabelo “bom” é o liso, tal situação coloca o cabelo crespo como causa de insatisfação constante entre os próprios indivíduos negros, isso porque com a entrada na escola é preciso estar de acordo com este padrão que dita ser o cabelo liso o “bom” e assim o cabelo e as demais características físicas marcantes continuam como critério principal para haver discriminação para com negros, brancos e mestiços. Isto é possível pelos jogos da verdade do processo de subjetivação, que faz uso dos discursos não apenas num formato discursivo, mas sim coercitivo, o discurso passa a ter um poder em determinar a verdade.

Muitas vezes é possível encontrar no espaço escolar a efetivação deste padrão que discrimina as características físicas diferentes da raça branca de forma mascarada, mediante falas de higiene por exemplo, com o diálogo de cortar o cabelo ou mantê-lo preso, quando na verdade é de cunho racial, isso não fica explícito, pelo contrário, muitas vezes é ausente ou silenciado.

A prática do discurso – modo de subjetivação, se faz presente mais uma vez, como marcação da diferença pois, identidade e diferença precisam ser nomeadas. A linguagem se instaura aqui como um sistema de diferenças pelo discurso negativo a respeito da identidade negra, que foi colocada como o que deve ser excluído, numa posição hierárquica inferiorizada.

A construção da identidade negra é difícil, ao se falar na sociedade em que vivemos, sendo complicado para os negros se enquadrar nela. Desde a primeira infância o indivíduo negro em sua vida social, para ser aceito no espaço em que se encontra deve primeiramente negar a si mesmo, suas características físicas, para estar de acordo com a ideologia eurocêntrica que abarca a moda, música e religião, isso porque a desvalorização se dá em grande parte na esfera estética do sujeito, como por exemplo o biotipo do cabelo: “(...) ser negro é ser violentado de forma constante (...) por uma dupla junção: a de encarar o corpo e os ideais de ego do sujeito branco e de recusar, negar, anular a presença do corpo negro” (GOMES citado por FÉLIX, 2010, p. 4).

Essa dificuldade se dá também através do próprio processo de construção das identidades, que são construídas através da diferença. Neste sentido que Silva (2000) nos traz a discussão de que identidade e diferença estão intrinsicamente ligadas, que uma depende da outra. Para a compreensão, construção de um eu/nós e sou/somos, é preciso de uma reflexão sobre aquilo que ele/eles não é/são, o reconhecimento acontece a partir da relação com o outro, o diferente. Sendo assim a identidade por si só é marcada pela diferença, a identidade negra é fortemente marcada pela diferença.

O indivíduo diferente que é colocado para a sociedade é o sujeito negro. A partir dos discursos, do modo de agir e das relações que acontecem com os outros tem-se a percepção do negro como o diferente, tomando por base uma inferiorização da identidade negra, pois esta última depende na maior parte da relação que se estabelece com o corpo. Isso porque a imagem identificatória que o indivíduo tem de si se baseia principalmente pela experiência de dor, prazer ou desprazer que o corpo impõe a sentir e pensar (Souza, citado por FEITOSA, 2012, p. 49).

4.2 – Para além do cabelo, outras análises

Através dos relatos de memória apresentados foram muitas as temáticas que surgiram. Neste capítulo será abordado as quais são possíveis articular com os conceitos explorados nos capítulos anteriores.

O conceito de relações étnico raciais é de grande importância para ser trabalhado na educação infantil, isto porque algumas crianças infelizmente não poderão explorar tal conceito se na escola não houver esta abertura, pois em outros espaços sociais tal situação de fato não irá ocorrer nestes primeiros anos do processo de subjetivação, de socialização da criança. E caso ocorra, na maioria das vezes a identidade negra, a criança negra, os negros são definidos como sujeitos inferiores, feios, incapazes e dentre tantos outros estereótipos negativos e reflexões negativas.

Tal situação pôde ser percebida através do Caso A. Pode-se dizer que a Lala não conhecia o cabelo crespo, que não teve um contato mais próximo ou

até então nunca viu um cabelo deste tipo, sendo assim a escola deve proporcionar tal contato através do trabalho pedagógico.

Isto porque neste caso a postura da mãe nos permite compreender que a questão racial não tem espaço nos diálogos entre ambas, pois fugia de dar uma resposta mais efetiva e buscava ignorar as diferenças. Tal fato nada mais é do que deixar o silêncio tomar conta quando se trata de questão racial (CAVALLEIRO, 2003), a família acaba por ocultar este assunto. Sendo assim, o trabalho pedagógico através da abordagem da diversidade racial deve ocorrer também para que a criança branca reconheça o sujeito negro, criança negra e a aceite, afim de legitimar as diferenças e difundir o respeito.

Este reconhecimento do sujeito branco para com o negro se fez presente no Caso C, pela criança branca Nunu. Entretanto, não foi através de um trabalho pedagógico efetivo em sala de aula proveniente da professora, foi simplesmente pelo fato da minha presença naquela turma, como alguém sendo negra que também educa, a quem ela também deve respeitar e obedecer, de modo que construiu-se um relacionamento positivo. A Nunu valorizou a minha pessoa, reconhecendo e legitimando quem eu sou e tudo o que eu pude oferecer a ela, ao se falar da minha participação em seu processo educativo.

Referente a essa legitimação é possível falar no reconhecimento da diferença da cor da minha pele, isso ficou evidente pela preferência da boneca negra e pelo nome escolhido, o meu. Houve então uma associação entre a cor da boneca e a educadora.

O negro incluído nos espaços escolares tais como os brancos estão, não apenas como profissionais da limpeza, zeladoria, manutenção, cozinha e etc., é uma forma de permitir a compreensão de que não deve haver diferença pela cor, que é possível o sujeito negro ocupar a mesma posição de um branco, de modo a compreender que a cor da pele não deve ser requisito para mobilidade e ascensão social.

Contudo, é preciso que este negro efetive uma valorização de si mesmo, que a partir do processo de subjetivação seja possível uma produção de si baseada na construção de um outro lugar, lugar este em que as relações sociais

vivenciadas pelo indivíduo negro sejam de forma a valorizá-lo e reconhece-lo a partir de uma visão positiva sobre suas características biológicas, físicas.

O fato ocorrido no Caso A foi possível por conta de eu ter construído (inicialmente minha própria família me proporcionou isto) uma visão positiva a respeito do sujeito negro, de ter criado uma identidade onde o lugar do negro não está abaixo do sujeito branco. Neste sentido, ao assumir para mim uma identidade e sendo esta negra, foi uma forma de lutar contra esta padronização imposta em nossa sociedade, de modo a fugir dos modelos aos quais os negros são submetidos, para assim redefinir minhas relações sociais com as diversas identidades presentes e promover o orgulho racial negro.

A partir disto, de forma a disseminar tal orgulho, refleti ser muito válido e também necessário uma boneca negra para uma criança branca, para dar continuidade à visão positiva do indivíduo negro, de maneira que a Nunu também possa ter uma outra referência da estética negra, um outro contato com a identidade negra. O fato dela brincar com esta boneca é uma forma de permitir que ela brinque com bonecas de todas as cores, que representem as diversas identidades:

Podemos perguntar: “Mas como um objeto educa? O que as bonecas que estão na creche influenciam na construção da educação das relações étnico-raciais?”. Ao oferecermos somente bonecas brancas ou bonecas brancas bonitas e bonecas negras feias, estamos ensinando um padrão de beleza, circunscrevendo um ideal de brancura como norma de padrão estético e político, trabalhando para a educação das relações étnico raciais no sentido de que as características brancas são superiores e belas. (SANTIAGO, p. 7, 2016).

As bonecas negras presentes no interior das escolas são fatores importantes na construção da identidade das crianças brancas e principalmente das crianças negras: “A impossibilidade de as crianças negras reconhecerem, no espaço da creche, referências do patrimônio cultural afro-brasileiro gera um vazio, um buraco, que é preenchido por toda ideologia racial de “branquitude”. (BENTO, citada por SANTIAGO, p. 7, 2016). Isso porque a identidade negra

percorre um longo caminho em prol de legitimar e valorizar as origens africanas que se transformaram ao longo da história africana e brasileira.

Este caminho está sendo percorrido, através de curtos passos e algumas vezes a longos passos que resultam em grandes conquistas para a população negra. Podemos ver isto ocorrer através do Caso G.

A Nica – menina negra, está construindo sua identidade, a partir dos diferentes modos de subjetivação aos quais ela perpassa. Através do encontro de família e do diálogo que ali estabelecemos houve uma socialização que acabou por fazer parte deste processo, de construção da identidade negra.

A partir do diálogo ocorrido pode-se compreender que a visão negativa das características físicas do sujeito negro que se faz presente desde os primeiros anos de idade para com as crianças negras não foi internalizada pela Nica. Pelo contrário, foi justamente a partir de tais características que ela pôde se identificar enquanto sujeito e se reconhecer através delas, de forma a afirmar sua identidade e valorizá-la, não dando espaço para o discurso coercitivo negativo referente ao sujeito negro presente em nossa sociedade.

O discurso é uma forma de narrativização do eu, por meio deles são construídas as identidades, pela compreensão do homem como sujeito, através da percepção de si mesmo, sendo assim, pelo discurso o sujeito assume uma posição com a qual melhor se identifique. Em meio a este processo está a marcação da diferença, pois identidade e diferença demandam uma nomeação.

A partir deste contexto podemos falar sobre a identidade negra ter sido efetivada socialmente por meio de um discurso negativo. Podemos discutir tal situação através do Caso I.

O discurso se faz presente também nas instituições escolares, e a forma coercitiva tem espaço garantido no processo educativo. Para a menina do caso o que ela internalizou foi que falar daquele modo é errado, falar do indivíduo negro, chamar alguém de negro é errado. Sobre o assunto sujeito negro não deve-se tocar no assunto, o discurso coercitivo segue com esta linha de pensamento, pois, o negro é alguém visto como inferior, existe um discurso fortemente negativo que se disseminou de um modo em que a comunidade

negra como um todo não merece a mínima consideração e atenção, tomando por base o preconceito e o racismo.

A menina do caso interpretou para si ser errado falar dessa forma, em discriminar alguém como sendo negro e apontar para este alguém esta diferença. Isso se deu através do discurso presente, ela apenas reproduziu, entretanto não de forma totalmente determinada, pois ora ela me identificou como negra e depois corrigiu sua fala.

Capítulo 5 - Considerações Finais

O processo de subjetivação perpassa a todos os sujeitos, de modo a construir e definir, concomitantemente, um indivíduo participante da vida em sociedade, a partir da determinação do modo de ser que ele mesmo definiu para si.

A construção da identidade é a base de tal processo, pois é o meio pelo qual o sujeito se percebe e se representa. A partir da sua liberdade e relação com o meio social ele se define e redefine, pelo fato de não ser fixa, há formações e transformações das relações consigo mesmo.

A identificação e representação através da identidade negra é algo totalmente “mutante”, em constante formação e transformação. Isso porque, diferente das outras, ela foi definida tomando por base o conceito de inferioridade - o sujeito negro, sua cultura, suas características, ou seja, o seu modo de ser, foi disseminado em sociedade com brutal negatividade e desvalorização. A partir deste fato que esta pesquisa seguiu com o intuito de reafirmar e demonstrar ser necessário e possível um trabalho pedagógico que abarque as relações étnico raciais dentro do espaço escolar.

O objetivo não foi trazer questões referentes a denúncia de racismo e preconceitos, mas sim, poder dialogar e refletir a partir das relações sociais que se dão no âmbito escolar ao se falar da identidade negra e na convivência junto do sujeito negro. Sujeito este que não se coloca como inferior, pelo contrário, a partir da construção de uma identidade afirmativa do orgulho racial se posiciona como alguém que tem o desejo da “negritude”, ao contrário do processo vivido há muitos anos atrás pelos negros chamado de desejo de branqueamento. Desejo este que nada mais foi do que uma forma de se almejar uma melhor convivência em sociedade, para então ser aceito e reconhecido positivamente, pois, foi instituída uma hierarquia social em que os brancos dominavam sendo os bons, os melhores e aqueles identificados como negros sofriam a discriminação de sua raça, de sua cor.

Este desejo de “negritude” é vontade de construir e disseminar junto com as crianças um outro lugar para o sujeito negro, uma outra visão da identidade

negra. Desejo em representar cada vez mais o povo negro, a cultura negra e a força negra de um grupo racial que luta dedicadamente para haver a legitimação e valorização das origens africanas, de forma a reconhecer os negros como sujeitos dignos de uma imagem positiva nas definições das relações sociais e raciais.

Esta constante “mutação” da identidade negra é vivenciada cotidianamente pelos indivíduos negros, isso porque a sociedade caminha a curtos passos para com a aceitação, respeito e valorização dos negros a partir de um olhar para dentro da escola, partindo da primeira etapa da educação básica: a educação infantil.

Relembrando os registros de docência foi possível mencionar apenas um trabalho pedagógico efetuado que abordasse a identidade negra, ainda que o foco não era este e por conta disto a questão da identidade negra foi abrangida a partir de uma comparação infame com o personagem de um programa humorístico. Foi apenas um.... No decorrer de todo um ano letivo! Vale ressaltar mais uma vez que esta única abordagem não se deu da maneira correta, pelo contrário, trouxe apenas uma imagem pejorativa do negro, como alguém atrapalhado e burro de quem devíamos rir. Não deve-se permitir que o processo de subjetivação que todos os indivíduos irão percorrer, a fim de construir sua própria compressão acerca da identidade negra, continue a se desenvolver mediante imagens, falas, reflexões e tantos outros meios que desvalorizam de diversas formas uma, algumas ou todas as particularidades da identidade negra.

Este trabalho visa a ser uma reflexão para os educadores e gestores educacionais. A Constituição Brasileira legitima o trabalho pedagógico acerca da temática da História e Cultura Afro-brasileira incluída pela Lei nº 10.639/03. Quais são os educadores que seguem com este propósito instituído por lei? Quais são os trabalhos realizados? E o principal.... Onde estão os resultados destas atuações? Onde encontramos as crianças negras a partir das formações e transformações das reflexões acerca da identidade negra que as valorizam enquanto sujeitos negros? Sendo assim, ainda se faz necessário uma pesquisa que tome por base tais indagações, que articule sobre as ações que prestigiam a construção e disseminação do orgulho racial para todas as crianças, principalmente na educação infantil, de modo a fornecer os fundamentos iniciais

necessários que legitimam a imagem positiva de cada identidade, sobretudo do negro, quem sofre desde o início dos tempos com a discriminação em todas as formas possíveis.

A partir deste contexto, se faz necessário também aprofundar sobre a formação dos educadores da educação básica. A Lei nº 10.639 foi deliberada no ano de 2003, sendo assim entende-se que a partir de então a temática História e Cultura Afro-brasileira se tornou obrigatória nos cursos de formação de professores. Entretanto, podemos nos perguntar a respeito daqueles que tiveram formação anterior a esta lei, quando tiveram conhecimento da mesma procuraram incluir este conteúdo em seus processos de formação continuada? E até mesmo aqueles que tiveram a discussão sobre este tópico em sua formação, abordam sobre as relações raciais e culturais com as crianças? Trazem para o contexto da sala de aula uma história sobre os negros que valorize a cultura africana?

Contudo, apesar de não ter havido um exemplo de trabalho pedagógico efetivo durante a elaboração deste trabalho, esta pesquisa salienta que a presença de uma pessoa negra que valoriza sua identidade e que também participa de todo o processo educativo é de tamanha relevância para fazer acontecer e dar início ao processo de construção de identidade de uma forma em que a identidade negra seja valorizada e reconhecida positivamente. Antes das relações raciais entre as crianças de raças distintas se faz necessário adultos e educadores que tenham definido consigo mesmo o respeito e reconhecimento das diferentes identidades, em meio a tanta diversidade cultural.

Foram trazidos alguns casos que demonstram a necessidade da abordagem da estética negra na escola. As crianças pequenas, quem estão frequentando a educação infantil, estão conhecendo o mundo a sua volta.... Abertas a todas as formas de socialização que as rodeiam, sendo curiosas e questionadoras de tudo. O cabelo foi um ponto fundamental nesta descoberta de mundo.... Na caminhada da descoberta do outro. Se fazer presente ali um cabelo crespo e permitir não apenas a visão dele mas também o contato com ele, agregou e muito para as crianças ali presentes.

Ou seja, não é sempre que o necessário seja um trabalho excepcional, com diversas abordagens teóricas e afins. As crianças são mais simples do que pensamos, complicado mesmo são os adultos! Explicar que o cabelo é diferente porque existem raças diferentes, cores e texturas diferentes por meio de figuras, histórias, apresentações e etc. são trabalhos magníficos e necessários, é claro! Mas... E quando não dispomos disso? E nem há abertura para isso? Uma simples fala, uma simples ação pode dizer mais do que mil palavras! Isto foi intensamente vivenciado e retomado para este trabalho, o desejo e disseminação da negritude se fez presente nesta instituição escolar por meio destas minhas simples atuações. Foi possível compor para estas crianças uma reflexão que valorizasse a identidade negra e também constituir uma visão positiva acerca do sujeito negro.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. **Criança e o plural da infância**. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (organizadora). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012, p. 47-50.

ARCHANGELO, Ana (Coaut. de); VILLELA, Fabio Camargo Bandeira. **Fundamentos da escola significativa**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2013, 140 p. (A escola significativa, 1).

BENTO, Maria Aparecida Silva. **A identidade racial em crianças pequenas**. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (organizadora). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012, p. 98-117.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **A relação com o corpo e com o grupo na Educação Infantil**. São Paulo, Tv Escola, 18 de jun. de 2010. Entrevista a Salto para o futuro.

CASTANHEIRA, Marcela Alves de Araújo França. **Processos de sujeição e dessujeição: a constituição do sujeito em Michel Foucault**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 3ª ed., 2003.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros**. In: ROMÃO, Jeruse (organizadora). História da Educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p.21-33.

FEITOSA, Caroline Felipe Jango. **“Aqui tem racismo!”: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e o desejável conhecimento do sujeito**. Revista Educação e Realidade, 24(1):39-59.

FOUCAULT, Michel. **“A ética do cuidado de si como prática da liberdade”**. In: Ética, sexualidade e política, por Michel FOUCAULT, 264-287. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL DOS PALMARES. Apresentação. s/d. Disponível em: http://www.palmare.gov.br/?page_id=95. Acesso em: 02 nov. 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra/Body and hair as symbols of black identity.**

_____. **Trajetórias escolares em corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural.** Revista Brasileira de Educação, n. 21, p. 40-51, 2002.

_____. **Educação e Identidade Negra.** Aletria: Revista de Estudos de Literatura, v. 9, p. 38-47, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1296>>. Acesso em: 24 Abr. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade em questão.** In: A identidade cultural da pós-modernidade. 10ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. **Quem precisa de identidade?** In: Silva, Tomaz Tadeu (organizador). IDENTIDADE E DIFERENÇA: a perspectiva dos Estudos Culturais, 103-133. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MANSANO, Sonia Regina Vagas. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade.** Revista de Psicologia da UNESP, 8(2), 110-117.

MOEHLECKE, Sabrina, (2002). **Ação afirmativa: história e debates no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, nº 117, p. 164-176.

MONTES, Maria Lucia. **Olhar a si mesmo. Mostra do redescobrimento. Negro de corpo e alma.** Associação 500 anos Brasil Artes Visuais, 2000, São Paulo. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000. p. 174-175

MORAIS, Fernando Antônio de Andrade. **O Prouni e a promoção da inclusão social.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10252>. Acesso em dez 2016.

MUNANGA, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66, Abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 jul. 2016.

MURAD, Maria Fernanda Guita. **O sujeito em Foucault.** Disponível em: <http://www.spid.com.br/pdfs/2010-2/Atividades-Jornadas-Interna-2010.1-O-SUJEITO-EMFOUCAULT-Maria-Fernanda-Guita-Murad.doc.pdf>. Acesso em: 20 de Mar. 2016.

OLIVEIRA, Adja Motta; SOUZA, Fabiana Leandro; MOURA, Dayse. **Identidade racial na educação infantil: o que pensam as professoras acerca da educação das relações raciais e da construção de uma autoimagem positiva da criança negra?** Pernambuco, 2003.

OLIVEIRA, Fabiana. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?** Dissertação (Mestrado). Centro de Educação e Ciências Humanas – Universidade Federal de São Carlos, 2004.

PENA, Sergio D J; BIRCHAL, Telma S. **A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social?** In: Revista USP, São Paulo: USP, n.68, p. 10-21, dezembro/fevereiro 2005-2006.

ProUni – Programa Universidade para Todos. Apresentação. s/d. Disponível em: <http://www.prouni.com.br/>. Acesso em: 12 Dez. 2016.

ROCHA, Valdirene Aragão. **O Desencontro da Identidade Negra Infantil através dos Cabelos Crespos.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/odesencontrodaidentidadenegrainfantil-atravesdoscabeloscrespos/53648/>>. Acesso em: 24 Abr. 2016.

ROSEMBERG, Fúlvia. **A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais.** In: BENTO, Maria Aparecida Silva (organizadora). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012, p. 11-15.

_____. **Desigualdades de raça e gênero no sistema educacional brasileiro.** Seminário Internacional “Ações afirmativas nas políticas educacionais brasileiras: o contexto pós-Durban”. Brasília, 20 a 22 setembro 2005.

SANCHES, Regina Fernandes. **O negro brasileiro: questões identitárias, raciais e de africanidade no contexto da luta e resistência negra no Brasil.** Integratio, Campinas (SP), v. 1, n. 2, p. 94-112, abr. 2016. Disponível em: <http://fnbonline.com.br/revista/integratio/index.php/INT/article/view/22>>. Acesso em: 24 Abr. 2016.

SANTOS, Sales Augusto. **Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas.** Dissertação (Doutorado). Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB, 2007.

SANTIAGO, Flávio. **Creche e racismo.** In: Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 441-460, 2015.

_____. **Educação das relações étnico-raciais na creche.** In: Revista Olh@res, Guarulhos, v. 4, n. 1, p. 254-268, maio 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença.** In: ____ IDENTIDADE E DIFERENÇA: a perspectiva dos Estudos Culturais, 73-102. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: Silva, Tomaz Tadeu (organizador). IDENTIDADE E DIFERENÇA: a perspectiva dos Estudos Culturais, 7-72. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.